

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – JOSE ROGERIO CRUZ E TUCCI	7
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Delimitação do tema e justificativa da escolha.....	17
1.2 Fases metodológicas do processo civil: do imanentismo ao instrumentalismo.....	19
1.3 Visão moderna: equacionamento adequado da relação entre o direito e o processo.....	23
1.4 Necessidade de adequação das diversas espécies de tutela jurisdicional para a efetividade e instrumentalidade do processo coletivo	25
1.5 Processo coletivo como vertente metodológica do instrumentalismo substancial.....	29
2. DADOS HISTÓRICOS.....	37
2.1 Antecedentes remotos do processo civil romano	37
2.2 Evolução histórica do processo coletivo brasileiro	48
2.3 Breves anotações relacionadas ao direito comparado.....	52
2.3.1 Itália.....	53
2.3.2 <i>Class actions</i>	59
3. DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROCESSO COLETIVO	75
3.1 Direito subjetivo ou interesse.....	75
3.2 Interesses: jurídico, material, processual, privado e público (primário ou secundário).....	82
3.3 Interesses supra ou metaindividuais	87
3.4 Interesses difusos	90
3.5 Interesses coletivos.....	96
3.6 Interesses individuais homogêneos.....	98
4. LEGISLAÇÃO VIGENTE: NORMAS QUE REGEM O PROCESSO COLETIVO	103
4.1 Lei da Ação Popular	104
4.2 Lei da Ação Civil Pública	106
4.3 Defesa das pessoas portadoras de deficiência.....	115
4.4 Defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários	116
4.5 Defesa da criança e do adolescente	119
4.6 Código de Defesa do Consumidor	123
4.7 Lei da Improbidade Administrativa.....	125

4.8	Defesa da ordem econômica e da livre concorrência	129
4.9	Legislação orgânica do Ministério Público.....	131
4.10	Defesa da ordem urbanística	133
4.11	Defesa do idoso	134
4.12	Estatuto do Torcedor	135
4.13	Interação da legislação vigente: sistema integrado de tutela dos interesses metaindividuais.....	136
4.14	Movimento em prol do projeto de codificação coletiva e o Projeto de Lei 5.139, de 2009.....	138
5.	PROCESSO COLETIVO. ASPECTOS CONTROVERTIDOS.....	142
5.1	Condições das ações coletivas	144
5.2	Legitimação ativa.....	146
5.2.1	Aspectos gerais	146
5.2.2	Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	151
5.2.3	Legitimação concorrente e disjuntiva.....	154
5.2.4	Entidades e pessoas jurídicas legitimadas	156
5.2.5	Representatividade adequada e pertinência temática	162
5.2.6	Controle judicial da legitimação e da representatividade adequada	172
5.2.7	Ministério Público como autor.....	174
5.2.8	Ministério Público como fiscal da lei	191
5.2.9	Legitimação da Defensoria Pública.....	197
5.3	Legitimação passiva.....	198
5.4	Coletividade no polo passivo (<i>defendant class action</i> – ação coletiva pas- siva).....	202
5.5	Interesse processual.....	209
5.6	Possibilidade jurídica do pedido	213
5.7	Competência	220
5.7.1	Natuteza das regras de competência.....	220
5.7.2	Competência da Justiça Federal	223
5.7.3	Hipótese de dano regional ou nacional	227
5.7.4	Competência de foro e competência de juízo.....	230
5.7.5	Caráter absoluto da competência no CDC.....	231
5.7.6	Competência absoluta, concorrência de foros e prevenção.....	232
5.7.7	Impossibilidade de eleição de foro	232
5.7.8	Prerrogativa de foro em defesa de direitos do idoso.....	233
5.8	Rito.....	233
5.9	Elementos de identificação das ações coletivas. Partes, causa de pedir e pedido.....	235
5.9.1	Partes	237
5.9.2	Causa de pedir	239
5.9.3	Pedido.....	243

5.10	Intervenção de terceiros, assistência, litisconsórcio, a atuação conjunta entre Ministérios Públicos e a intervenção do <i>amicus curiae</i>	246
5.10.1	De ordem geral	246
5.10.2	Oposição e nomeação à autoria	247
5.10.3	Denúnciação da lide e chamamento ao processo	248
5.10.4	Assistência e litisconsórcio	252
5.10.5	Atuação conjunta de Ministérios Públicos	259
5.10.6	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	262
5.11	Reversibilidade da posição do Poder Público na ação coletiva	263
5.12	Convívio entre ações coletivas e entre estas e as ações individuais: conexão, continência, litispendência e coisa julgada	265
5.12.1	Generalidades	265
5.12.2	Convívio ou correlação entre ações coletivas	267
5.12.3	Convívio entre ações coletivas e ações individuais	270
5.12.4	Reconvenção e ação coletiva	274
5.13	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e sua indevida restrição	276
5.13.1	Generalidades	276
5.13.2	Coisa julgada <i>secundum eventum litis vel probationis</i>	283
5.13.3	Hipóteses tratadas pelo legislador	289
5.13.4	Coisa julgada nos interesses difusos	289
5.13.5	Coisa julgada nos interesses coletivos	291
5.13.6	Coisa julgada nos interesses individuais homogêneos e o problema da suspensão de ações individuais (art. 104 do CDC)	292
5.13.7	Extensão <i>in utilibus</i> da coisa julgada decorrente da sentença penal condenatória	297
5.13.8	Extensão <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva	298
5.13.9	Indevidas tentativas de restrição da coisa julgada coletiva	300
5.13.10	Novas tendências na correlação entre ações individuais e coletivas	303
5.13.11	Coisa julgada na ação coletiva passiva	308
5.14	Demandas ajuizáveis	311
5.15	Tutela cautelar, antecipação da tutela	318
5.15.1	Generalidades	318
5.15.2	Restrições às medidas de urgência	323
5.15.3	Prazo para ajuizamento da ação principal e eficácia da medida em caráter preparatório	327
5.16	Sentença nas ações coletivas	328
5.17	Multa liminar e multa condenatória	330
5.18	Inquérito civil	336
5.18.1	Generalidades	336
5.18.2	Especificidades do inquérito civil	338
5.18.2.1	Natureza e pressupostos	338

5.18.2.2	Instauração	341
5.18.2.3	Publicidade e sigilo.....	342
5.18.2.4	Fases	343
5.18.2.5	Dispensabilidade.....	343
5.18.2.6	Poderes de investigação.....	344
5.18.2.7	Ausência de nulidades.....	345
5.18.2.8	Devido processo legal: compreensão em sede de investigação civil.....	346
5.18.3	Transação e compromisso de ajustamento	349
5.18.4	Arquivamento e seu controle.....	354
5.18.5	Recursos administrativos.....	356
5.19	Inversão do ônus da prova	360
5.19.1	Generalidades	360
5.19.2	Requisitos	362
5.19.3	Momento da inversão	364
5.19.4	Âmbito de aplicação	367
5.20	Atuação judicial de ofício: mitigação ao princípio dispositivo	369
5.21	Desistência da ação e renúncia ao direito.....	374
5.22	Prioridade para decisões de mérito	380
5.23	Prescrição e decadência nas ações coletivas.....	381
5.23.1	Generalidades	381
5.23.2	Prescrição e decadência no processo coletivo	384
5.23.3	Quanto aos interesses individuais homogêneos	386
5.23.4	Outros casos de imprescritibilidade no ordenamento e seus fundamentos	387
5.23.5	Imprescritibilidade para fins de reparação ao patrimônio público	388
5.23.6	Aplicação analógica do art. 37, § 5.º da CF, a outros interesses difusos e coletivos.....	389
5.23.7	Prazos prescricionais e decadenciais aplicáveis em caso de interesses individuais homogêneos.....	390
5.23.8	Ação coletiva e interrupção da prescrição das pretensões individuais	391
5.23.9	Prazo para “habilitação” em interesses individuais homogêneos..	392
5.24	Recursos nas ações coletivas	394
5.24.1	Generalidades	394
5.24.2	Peculiaridade quanto aos efeitos dos recursos	397
5.24.3	Desistência de recurso e renúncia ao direito de recorrer.....	398
5.25	Execução	400
5.25.1	Generalidades	400
5.25.2	Mitigação da separação entre cognição e execução	402
5.25.3	Execução provisória e dispensa de caução	403
5.25.4	Execução nos interesses coletivos e difusos	405

5.25.5	Destinação de recursos ao Fundo de Interesses Difusos na execução	406
5.25.6	Execução específica (fazer e não fazer)	407
5.25.7	Execução nos interesses individuais homogêneos	409
5.25.8	Execução coletiva nos interesses individuais homogêneos	412
5.25.9	Competência para a liquidação e execução da sentença coletiva	416
5.25.10	Competência para liquidação e execução individual	417
5.25.11	Concurso entre créditos individuais e crédito coletivo	419
5.25.12	Acordos em execução e o Fundo de Interesses Difusos	421
5.25.13	Possibilidade de intervenção judicial na entidade executada	422
5.26	Liquidação	424
5.26.1	Pressuposto: sentença genérica	424
5.26.2	Espécies de liquidação e processo coletivo	426
5.26.3	Liquidação sobre os interesses individuais homogêneos: integralização do título judicial	428
5.26.4	Conversão das ações individuais suspensas em liquidação	428
5.27	Fundo para reparação dos interesses difusos lesados	430
5.28	Sucumbência nas demandas coletivas	434
5.29	Ações coletivas e o controle difuso de constitucionalidade	441
5.30	Ações coletivas e políticas públicas	448
5.31	Mandado de segurança coletivo: breves reflexões sobre a Lei 12.016, de 2009	451
5.31.1	Inconstitucionalidade: limitação do aspecto material do remédio constitucional	452
5.31.2	Restrição à legitimação dos partidos políticos	453
5.31.3	Correlação entre mandado de segurança individual e mandado de segurança coletivo	454
5.31.4	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	454
6.	TUTELA PENAL E ADMINISTRATIVA DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS	456
6.1	Generalidades	456
6.2	Tutela penal da Administração Pública no ordenamento coletivo	458
6.3	Tutela penal dos interesses supraindividuais	459
6.4	Tutela administrativa dos interesses supraindividuais	466
7.	PERSPECTIVAS DO PROCESSO COLETIVO	469
	BIBLIOGRAFIA	475